

NOTAS INICIAIS SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E SUA RELAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR¹

INITIAL NOTES ON SCHOOL INCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS AND ITS RELATIONSHIP WITH FAMILY PARTICIPATION

Monique Resino de Freitas da Costa²

Mariana Silva Ercole³

Natalia de Souza Vasconcelos Paes⁴

Thiago de Souza dos Reis⁵

Recebido em 12/09/2024

Aprovado em 17/12/2024

RESUMO

O artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa em curso sobre a participação da família na inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais. A partir do diálogo com a bibliografia especializada e delineamento de alguns documentos que reforçam o direito à Educação, igualdade e inclusão, os autores reconhecem os desafios do processo, mas defendem que a participação familiar promove maior motivação, engajamento e desempenho acadêmico, além de contribuir para o desenvolvimento emocional e social dos alunos com necessidades educativas especiais, sua autoestima e senso de pertencimento. Como conclusão, o artigo observa a importância da família no processo de inclusão escolar e aponta para a importância do fortalecimento do vínculo entre família e escola, já que juntas se tornam mais capazes de realizar as ações e ajustes necessários para o pleno desenvolvimento de alunos com necessidades educativas especiais.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar; Necessidades Educativas Especiais; Participação da família.

ABSTRACT

The article presents the initial results of ongoing research into family participation in the school inclusion of people with special educational needs. Based on dialogue with specialized bibliography and the outline of some documents that reinforce the right to Education, equality and inclusion, the authors recognize the challenges of the process, but argue that family participation promotes greater motivation,

¹ O presente texto apresenta os resultados iniciais do projeto de pesquisa intitulado “Inclusão escolar e diversidade: reflexões sobre aspectos legais, metodológicos e teóricos” desenvolvido pelos autores junto ao NUPPEDI (Núcleo de Pesquisas e Práticas em Educação, Diversidade e Inclusão) da Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Psicopedagogia da Universidade Veiga de Almeida – Polo Méier. E-mail: moniqueresino@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4491406329806365>

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Psicopedagogia da Universidade Veiga de Almeida – Polo Rio das Ostras. E-mail: marianaercole@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3424590155339676>

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura em Psicopedagogia da Universidade Veiga de Almeida – Polo Realengo. E-mail: 18288781705@veigadealmeida.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1585447028213679>

⁵ Doutor em História, historiador e pedagogo. Professor na Universidade Veiga de Almeida. Professor na Universidade Estácio de Sá. Professor na Secretaria Municipal de Educação de Cabo Frio. Pesquisador do INCT Proprietas. Pesquisador e líder do NUPPEDI (Núcleo de Pesquisas e Práticas em Educação, Diversidade e Inclusão) da Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7001492191626844>

engagement and academic performance, in addition to contributing for the emotional and social development of students with special educational needs, their self-esteem and sense of belonging. In conclusion, the article observes the importance of the family in the school inclusion process and points to the importance of strengthening the bond between family and school, as together they become more capable of carrying out the actions and adjustments necessary for the full development of students with special educational needs.

Keywords: School Inclusion; Special Educational Needs; Family participation.

INTRODUÇÃO

A promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais é essencial para garantir que todos os alunos, independente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade a partir da valorização da diversidade. Essa postura pode contribuir para a construção da cidadania e para uma sociedade equitativa. Criar ambientes educacionais inclusivos prepara os alunos para uma convivência respeitosa e colaborativa, valorizando suas singularidades. Esse processo enfrenta um grande desafio quando analisamos a necessidade de participação ativa da família na comunidade escolar, já que seu envolvimento promove maior motivação, engajamento e desempenho acadêmico, além de contribuir para o desenvolvimento emocional e social dos alunos, sua autoestima e senso de pertencimento.

Thaís Teixeira de Souza e Edgard Ricardo Benício (2022), corroborando os argumentos de Vygotsky (1984), afirmam que é função dos pais estimular, apoiar e oferecer recursos necessários para os filhos, durante a sua formação, pois

A família é uma instituição social de grande influência e de grande importância na tomada de decisão no que se refere ao desenvolvimento do indivíduo. Os primeiros passos para inclusão da pessoa deficiente é a aceitação da família (SOUZA & BENÍCIO, 2022, p. 10).

A inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação se torna eficaz quando reconhece e atende às diversas necessidades educacionais. A presença e participação da família no ambiente escolar permite que as escolas personalizem suas abordagens pedagógicas e de suporte, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, possam se beneficiar plenamente da educação.

O presente texto, pretende apresentar algumas considerações acerca desse processo a partir da consideração da legislação e bibliografia pertinentes.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS PONTOS DE ATENÇÃO

Antes de tudo, nunca é demais lembrar que a Educação é um direito garantido a todos os brasileiros e, portanto, deve incluir as diferenças e os diferentes. Esse direito está expresso nos artigos 205, 206 (incisos I e IX) e 208 (inciso III) da Constituição Federal do Brasil (1988):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

Juntos, esses artigos formam parte importante da base legal que sustenta a educação inclusiva no Brasil e destaca a necessidade de uma abordagem educacional que reconheça e valorize a diversidade, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades ou condições, tenham acesso a uma educação de qualidade e às oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dela decorrentes.

O pleno exercício do direito à Educação proporciona oportunidades de aprendizado, desenvolvimento pessoal e acesso ao conhecimento, capacitando indivíduos a contribuir para suas comunidades e sociedades, e permitindo que as pessoas conheçam seus próprios direitos e os dos demais, bem como o fortalecimento na luta pela garantia dos mesmos (SOUZA & BENÍCIO, 2022, p. 4).

O cotidiano do acesso à Educação no Brasil é marcado por grandes desafios estruturais que muitas vezes impedem o cidadão de exercê-lo. Apesar da garantia do direito universal à Educação, a forma para alcançá-lo é distinta e dialoga com o gênero, a raça, questões sociais, segregação, discriminação entre outras. Há também uma diversidade de condições intermediadoras do processo de ensino e aprendizagem que requerem nossa atenção, já que todos nós temos capacidade de aprender, mas cada um de nós aprende de forma diferente (KOLB, 1984) e requer instrumentos, situações, metodologias e didáticas distintas para aprender, sempre em constante relação com o meio que nos cerca (VYGOTSKY, 1984).

A partir dessa relação complexa e, muitas vezes, conflituosa, buscando garantir mais equidade no acesso à Educação, foi estabelecida no ano de 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outros motivos, pelo reconhecimento dos interesses do amplo grupo de pessoas com necessidades educativas especiais. Fruto de um intenso debate sobre o acesso ao direito à Educação por um grupo historicamente marginalizado, a política objetiva

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; **participação da família e da comunidade**; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 9) [Grifos nossos].

A Declaração de Salamanca (1994), importante consenso internacional sobre a educação inclusiva, é um marco definidor da perspectiva sobre as necessidades educativas especiais, premissa básica para a produção de uma educação inclusiva (NUNES *et. al.*, 2015). Assim, a finalidade da educação inclusiva é garantir o acesso e a qualidade de ensino respeitando a diversidade e desenvolvendo as potencialidades e necessidades dos alunos. O intuito da inclusão não é somente proporcionar um espaço diverso, acolhendo indivíduos com diferentes vivências e realidades, mas superar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação no processo educativo, além de proporcionar e desenvolver um senso de pertencimento e participação ativa entre os alunos. Por outro lado, a educação inclusiva auxilia na construção de novas formas de ensinar e aprender, já que dialoga diretamente com as necessidades educativas de cada aluno.

Além disso, para promover uma educação inclusiva de fato, é necessário ir além das políticas e regulamentações. É preciso investir em capacitação de profissionais da educação para lidar com a diversidade em sala de aula, adaptar os currículos e práticas educativas para atender às necessidades de todos os alunos, elaborar planos de ensino individualizados, garantir acesso a recursos e tecnologias assistivas, promover a conscientização e combater o preconceito em relação às diferenças.

Nesse contexto, Maria de Fátima Minetto frisa a importância da escola realizar a adaptação curricular contribuindo para o desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais:

Fazer adaptação curricular não é uma resposta automática diante da identificação de determinadas necessidades educativas especiais, mas um processo a ser pensado e programado, seguindo uma ordem que corresponde à organização do trabalho cooperativo com base no currículo regular. Somente a partir disso é que se pode determinar o tipo de adaptação mais adequada, podendo ser menos significativa ou mais significativa (Minetto, 2008, p. 67 *Apud* BARBOSA, 2011, p. 25).

Novamente percebemos que o contexto é marcado por diversos fatores e exige a ação planejada por parte dos educadores e educadoras. Outro fator importante, como já salientado, é a forma como se dá a participação familiar. Apresentaremos a seguir algumas considerações sobre ele.

COMO SE DÁ A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA?

A participação da família no ambiente escolar tem como principal foco o processo ensino-aprendizagem, promovendo o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, em geral, e garantindo oportunidades de aprendizagem.

A família e a escola, em nossa sociedade, constituem-se como as duas instituições principais para suscitar os processos de desenvolvimento dos seres humanos, agindo como molas propulsoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social (SANTOS, 2015, p. 19).

Assim, é necessário que a família e escola encontrem unicidade para o desenvolvimento dos objetivos educacionais, sendo esta parceria de extrema importância, mas também, complexa e desafiadora na garantia do acesso à Educação.

De acordo Valkiria Santos (2015, p. 18), reafirmando argumentos de Celeste Kelman (2010, p.38), a família é o primeiro grupo em que o indivíduo é inserido e o primeiro a impactar no seu processo de desenvolvimento, é onde o indivíduo aprende a conquistar a sua individualidade e independência. É importante ressaltarmos que a formação familiar envolve a construção de relações sociais, culturais e emocionais dentro de um grupo doméstico e envolve aspectos como papéis de gênero, normas culturais, influências religiosas, economia familiar e mudanças sociais.

Essa visão é reafirmada por Gerson Pindaíba da Silva quando analisa o contexto da Escola Lélia Silva Trindade, uma escola do município de Anísio de Abreu, Piauí, e chama nossa atenção para o fato de que:

[...] a família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, ou seja, é um fenômeno social que faz parte da sociedade, e nela atua como mediadora dos padrões e normas sociais, dos modelos e das influências sociais e culturais; assim, pode-se definir família como um conjunto um grupo de pessoas que precisam seguir regras e normas padrões, e que tem seu valor, seu lugar, seu tempo e sua história (2018, p. 2).

Quando refletimos sobre o contexto de uma criança com necessidade educacional especial e sua família, a reação da mesma frente aos desafios que serão enfrentados e as ações que serão tomadas serão fundamentais para o desenvolvimento de seus filhos. É importante que as famílias busquem conhecimento adequado, inclusive de seus direitos e deveres, para trabalharem as potencialidades de suas crianças e prepará-las para o ambiente escolar. Porém, é necessário que as famílias também recebam o apoio da escola e de políticas públicas para conscientização, acesso a terapias e tratamentos adequados, além de apoio emocional e financeiro em caso de fragilidades socioeconômicas.

Neste sentido, a escola pode ser uma aliada, tornando-se um instrumento facilitador e transformador para a família, através de um olhar humanizado, promovendo a recepção das famílias de forma acolhedora, empática e respeitosa, estreitando sua relação e transmitindo conhecimento. Com isso, a escola se alia às famílias e pode nelas encontrar aliados para promover sua função social de forma qualificada. A responsabilidade pela educação do indivíduo é da família e do Estado, a escola pode e deve orientar a família a estabelecer uma parceria e incentivar que a mesma se envolva na vida escolar de seus integrantes. A escola deve se preparar para receber e acolher de forma adequada alunos com necessidades educativas especiais, criando mecanismos que facilitem sua interação e diálogo com a comunidade escolar. Além disso, é importante valorizar as contribuições de cada aluno, sua cultura, suas experiências de vida, suas visões de mundo, propiciando a verdadeira inclusão no ambiente escolar (TOLEDO & SIQUEIRA, 2020, p. 53).

A participação da família na escola pode ocorrer de diversas formas, todas fundamentais para o processo de inclusão escolar, sendo que para o sucesso desta parceria é fundamental que ocorra acolhimento, respeito e boa comunicação por ambas as partes. É primordial que as partes estejam alinhadas e dispostas a dar o suporte necessário, mesmo considerando que limitações, adversidades e obstáculos ocorram nesta trajetória. A família desempenha um papel crucial ao colaborar com a escola na identificação e compreensão das necessidades individuais dos alunos, fornecendo informações importantes sobre sua história, interesses, desafios e potenciais. Essa troca de informações permite à escola adotar adaptações curriculares e realizar abordagens mais personalizadas e eficazes para atender às demandas específicas de cada aluno, criando um ambiente mais estável e previsível,

e promovendo assim, uma inclusão mais efetiva e significativa. É essencial que a família esteja presente na escola, participando de projetos e atividades educacionais, eventos e reuniões. A participação da família no planejamento pedagógico pode fortalecer sua capacidade de advogar pelos direitos e necessidades do aluno, garantindo que ele receba o apoio e os recursos adequados para uma educação inclusiva de qualidade.

CONCLUSÃO

Apesar de todos os desafios, a construção de uma parceria efetiva entre família e escola é fundamental para o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos. Ao reconhecer e superar as barreiras que impedem uma colaboração eficaz, podemos criar um ambiente escolar acolhedor, diversificado e inclusivo, onde todas as famílias se sintam valorizadas e apoiadas em seu papel na educação de seus filhos. Com compromisso mútuo no desenvolvimento dos alunos, é possível construir uma educação inclusiva, onde cada criança possa alcançar seu pleno potencial, independentemente de suas circunstâncias individuais.

É importante que a família perceba a escola como uma oportunidade de estabelecimento de vínculo e busquem estreitar essa relação, para que possam juntos realizar todas as ações e ajustes necessários para o pleno desenvolvimento de alunos com necessidades educativas especiais.

Sabemos que as considerações aqui apresentadas dialogam com o estágio atual da pesquisa e que, portanto, devem ser ampliadas no sentido de abarcar mais fontes e documentos que versem sobre o direito à educação e à inclusão. Além disso, será necessário em nova oportunidade realizarmos um levantamento e diálogo mais completo da extensa bibliografia sobre a temática, buscando observar práticas, metodologias e teorias que fundamentem a educação inclusiva e a participação da família nesse processo. Por fim, apontamos que devemos ampliar a caracterização das diversas necessidades educativas especiais e os requisitos para sua abordagem no ambiente escolar por educadores e familiares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Juliana S. Branco. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar**. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Univ. de Brasília, Brasília (DF), 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação inclusiva: v. 4: a família**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

256

FIGUEIRA, Emílio. **Introdução geral à educação inclusiva** - artigos, entrevistas, práticas pedagógicas, materiais didáticos para professores e famílias, legislações. 2ª ed. São Paulo: Figueira Digital/Agbook, 2023.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

KOLB, D. A. **Experimental learning: experience as the source of learning and development**. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 1984.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva: Entendendo esse Desafio**. Curitiba: Ibpex, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**. Porto Alegre: ArtMed, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

NUNES, Sylvia da Silveira, SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106–1119, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001312014>. Acesso em: 19 jun. 2024.

REGO, T. C. **Memórias de escola**: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SANTOS, Valkiria C. Da Rocha. **Família: Uma aliada na educação inclusiva?** Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15493/1/2015_ValkiriaCordeiroDaRochaSantos_tcc.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

SILVA, Gerson Pindaíba da. A contribuição da família no processo de ensino aprendizagem: um estudo nas séries iniciais do ensino fundamental na unidade escolar Lélia silva trindade. **Anais V CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/45476>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SOUZA, T. T. de, & BENÍCIO, E. R. **O papel da família na educação inclusiva**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Hidrolândia (GO), 2022. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/2969/1/tcc_Thais%20Teixeira%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Liber livro, 2009.

TOLEDO, Cristina; SIQUEIRA, Wendinéia Guedes de. Percepção dos pais de crianças com TEA sobre o processo de inclusão em escolas regulares. **Revista Científica UNIFAGOC - Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. 50-63, 2020. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/590>. Acesso em 19 jun. de 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes:1984.